



O ALUNO DEFICIENTE VISUAL NO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA: DESAFIOS E SUPERAÇÃO

Laura Camilla Sampaio da Silva Marques¹ (UEG)
Marlene Barbosa de Freitas Reis² (UEG/INHUMAS)

GT6: DIVERSIDADE, INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo geral, discutir como ocorre a inserção do aluno com deficiência visual no curso de Educação Física; e específicos: identificar as leis que regem a inclusão no ensino superior; verificar se o aluno se sente incluído em um curso superior; compreender a importância do curso para o aluno. Pensar a questão da inclusão no âmbito educacional, necessita-se que os professores sejam capacitados para atuar de forma significativa junto aos alunos. Existem muitas leis que visam dar o direito ao deficiente visual a ter uma educação digna. O trabalho da educação física com deficientes visuais tem muito a contribuir no sentido de desenvolver os aspectos motores que são exigidos nesse processo, desenvolvendo também a consciência corporal. O artigo trata de um estudo de caso e foi realizado com um aluno deficiente visual da UEG-ESEFFEGO em Goiânia-GO cursando licenciatura em educação física. Foi realizada uma entrevista semi estruturada com discente e também elaborado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a fim de esclarecer ao participante a finalidade da pesquisa. Com relação a análise dos dados, seguiu a abordagem qualitativa. Os resultados da pesquisa apontam que o entrevistado se sente realmente incluído em um curso de nível superior e que apesar das dificuldades nas aulas práticas, ele se sente acolhido no âmbito universitário, tanto pelos professores e colegas de classe; mostra um exemplo de superação no qual apesar de todas as adversidades encontradas, seu sonho era estar na universidade, se preparando para ser um professor e atuar na área que deseja: a educação física.

Palavras-chave: Inclusão. Deficiência visual. Educação física. Superação.

¹ Professora de Educação Física graduada pela Universidade Estadual de Goiás – ESEFFEGO. Especialista em Movimento Humano (UEG-ESEFFEGO). Pós graduanda do curso de pós graduação em Docência Universitária (UEG-Inhumas). E-mail: fredlaura26@hotmail.com.

² Professora Doutora docente da Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Inhumas. Coordenadora do curso de Pedagogia da UEG – Câmpus Inhumas. Docente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologia (PPG-IELT/UEG). E-mail: marlenebfreis@hotmail.com.



INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo, compreender como ocorre o processo de inclusão de um aluno com deficiência visual no ensino superior do curso de educação física na UEG-ESEFFEGO. Além disso, busca identificar as leis que regem a inclusão no ensino superior; verificar se o aluno se sente incluído em um curso superior e compreender a importância do curso para o aluno. Neste sentido, o estudo apresenta-se relevante tanto para professores e alunos, quanto para a sociedade como um todo, uma vez que é de extrema importância analisar os aspectos de inclusão do aluno com deficiência no ensino superior, pois cada vez mais tem-se que estar preparado para lidar com pessoas com deficiência em todos os lugares, inclusive dentro de uma universidade.

O interesse pelo estudo surgiu da necessidade de compreender como é a universidade diante o ponto de vista de um deficiente visual, como é se tornar um professor transformador, visto que no curso de educação física há vários conteúdos práticos, tentando entender assim as perspectivas do aluno deficiente visual perante o curso.

A pesquisa se trata de um estudo de caso no qual de acordo com Ventura (2007) têm o foco em uma unidade – um indivíduo (caso único) ou múltiplo, nos quais vários estudos são conduzidos de maneira conjunta, por exemplo: vários indivíduos, várias organizações. Nesse trabalho, optamos pelo estudo de caso (caso único, de acordo com o autor acima descrito) no qual o interessante deste estudo é torná-lo significativo, completo sendo projetado de uma maneira eficaz. O trabalho foi realizado com um aluno deficiente visual da UEG-ESEFFEGO em Goiânia-GO cursando licenciatura em educação física. Foi elaborado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) a fim de esclarecer ao participante a finalidade da pesquisa e também ao coordenador do curso foi requerido uma autorização para realizar a pesquisa na universidade. Realizou-se uma entrevista com o acadêmico, no qual segundo ele, é o primeiro deficiente visual a entrar num curso de educação física em uma instituição pública de Goiás.

Com relação a análise dos dados seguiu a abordagem qualitativa através de um processo sistemático. Sobre a abordagem qualitativa, Vieira e Zouain (2005) *apud* Augusto et al. (2013), explanam que a pesquisa qualitativa preza pela descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que o envolvem.



Assim as características da pesquisa qualitativa são:

Objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (GERHARDT et al., 2009, p.32).

A partir desta metodologia, o estudo teve um direcionamento para dados qualitativos, como dito anterior, através da realização da entrevista com o discente.

Pensar na questão da inclusão, segundo Santana (2005, p.228) significa que: “a orientação inclusiva implica um ensino adaptado às diferenças e às necessidades individuais, os educadores precisam estar habilitados para atuar de forma competente junto aos alunos inseridos, nos vários níveis de ensino”. Assim, nota-se a necessidade da qualificação profissional, na formação continuada de professores para estarem aptos a trabalhar com qualidade com pessoas com deficiência. Para Coll et al.,(2004) a universidade tem como uma de suas funções sociais ser uma instituição formadora, discutindo sobre a necessidade de um ensino adaptado, visto que é um local que abarca uma diversidade de alunos, promovendo assim, práticas que permitem atender as perspectivas de todos os alunos.

No que concerne as leis que regem a educação inclusiva, tem-se a Lei nº 7.853/89 ao ressaltar sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (2008, p.8), define que: “a educação especial é uma modalidade transversal a todos os níveis de modalidades de ensino”, assim nota-se que é garantido por lei o acesso a todos no ambiente universitário, sem distinção. Em se tratando de políticas sobre o aluno com deficiência visual, tem-se:

Primeiramente, a Portaria nº 319/99 (BRASIL, 1999), a qual traz diretrizes para a adoção de uma política de diretrizes e normas para o uso, ensino, produção e difusão do sistema braile. Anos depois, tem-se a Lei 10.753/03 (BRASIL, 2003), que institui a Política Nacional do Livro, assegurando em seu Art. 1º, inciso XII, o direito de pessoas com deficiência visual à leitura. No ano seguinte, há a promulgação do Decreto 5.296/04 (BRASIL, 2004), o qual estabelece, em seu Art. 58º, que o Poder Público adotará mecanismos



para incentivar a disponibilização, através de meio magnético, em formato de texto, as obras públicas do país (TORRES e SANTOS, 2015, p. 44,45).

No que se refere a cegueira, de acordo com Sá, Campos e Silva, (2007) é uma alteração grave ou total de uma ou mais das funções elementares da visão que prejudica a capacidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, ou movimento em um campo mais amplo, podendo ocorrer desde o nascimento (cegueira congênita), ou no decorrer da vida, como por exemplo acidentes (cegueira adventícia, conhecida como adquirida). A pessoa que nasce sem a capacidade da visão, não consegue formar uma memória visual, não possui lembranças visuais. Segundo Gil (2000, p.11) “a deficiência visual, em qualquer grau, compromete a capacidade da pessoa de se orientar e de se movimentar no espaço com segurança e independência”. Assim, a escola por sua vez ao se tornar um espaço de inclusão, promove trocas tanto para a equipe escolar, quanto os próprios alunos e suas respectivas famílias.

De acordo com Melo (2004) o trabalho de educação física com deficientes visuais tem muito a contribuir no sentido de desenvolver os aspectos motores que são exigidos nesse processo, desenvolvendo também consciência corporal. A motricidade é o meio de relação sujeito com o mundo, assim, a função social da educação física deve estar centrada em ampliar seu domínio motor.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A entrevista para Gomes, Oliveira e Alcará (2016) ocorre quando duas pessoas se encontram com o objetivo de uma pessoa detectar informações acerca de um determinado assunto. No dia 22 de março de 2018 as 13:30 minutos foi realizada uma entrevista semi estruturada na UEG-ESEFFEGO em Goiânia-GO com o acadêmico (no qual será denominado pelas iniciais de seu nome) W.F.S, de 21 anos cursando o segundo período do curso de educação física residente em Aparecida de Goiânia. A entrevista semi estruturada para Manzini (2004) *apud* Belei et al., (2008, p.199): “é direcionada por um roteiro previamente elaborado, composto geralmente por questões abertas”. Neste estudo, as questões foram elaboradas anteriormente a data da realização da entrevista, onde houve a confecção de sete



perguntas: 1) faça uma breve apresentação sua e de sua deficiência; 2) como foi o seu ingresso no curso de educação física na UEG; 3) você está gostando do curso, suas expectativas estão sendo atendidas; 4) você se sente realmente incluído no curso de ensino superior; 5) os materiais são adaptados pra você; 6) como é sua participação durante as aulas, como funciona o apoio, como é sua relação com os professores e colegas de classe; 7) você se considera um exemplo de superação.

No início da entrevista, primeiramente o acadêmico fez uma breve apresentação de sua deficiência. W.F.S nasceu com baixa visão no qual segundo Romagnolli (2008) é quando acontece a alteração da capacidade funcional da visão, podendo ter uma redução do campo visual, dificuldade em adaptar a claridade ou ambientes escuros, entre outros. O entrevistado ressalta que conseguia fazer muitas atividades do dia-a-dia, mesmo tendo esta dificuldade em enxergar, mas quando ele completou 15 anos de idade foi quando ocorreu a perda total da visão por causa de uma catarata que de acordo com as Diretrizes de Oftalmologia (2012, p.17), trata-se de: “qualquer opacidade do cristalino, que não necessariamente afete a visão. Podemos classificar as cataratas em: congênitas, de aparecimento precoce, e adquirido, onde incluímos as outras formas, relacionada à idade”. A partir de então, o mesmo passou por um momento de depressão. Porto (1999) refere que este termo tem sido utilizado para retratar um estado afetivo de tristeza, podendo ser também um sintoma ou até mesmo uma síndrome ou doença. W.F.S foi perdendo o sentido de viver e disse que com 16 anos começou a praticar atletismo e futebol de 5 e foi campeão em algumas competições. Assim, o entrevistado se questionou: “poxa se uma pessoa cega pode praticar esporte por que ela não pode cursar educação física numa universidade? Foi aí que surgiu esse sonho de ser um professor de educação física”. Assim, é perceptível o desejo do estudante em exercer a função de um professor, e atuar na área da educação física. Barbanti (2008) ressalta que a educação física tem um interesse no movimento humano em harmonia com o físico, mental, social.

Outra questão da entrevista tratou da relação do ingresso do aluno no curso de educação física na UEG-ESEFFEGO, no qual o mesmo realizou uma prova igual a dos demais concorrentes, porém existe o leitor e o transcritor pra quem é deficiente visual. Segundo o Ministério da Educação (2012) o leitor é uma pessoa que possui um serviço especializado de leitura da prova para pessoas com deficiência visual, deficiência física,



deficiência intelectual, autismo, entre outras, e o transcritor é a pessoa que realiza o preenchimento das provas objetivas e da redação para pessoas que não podem ou não conseguem escrever ou de preencher o cartão-resposta.

Quando perguntado se ele estaria gostando do curso, se suas expectativas estavam sendo atendidas: “nossa eu estou amando esse curso, era um curso que eu queria né, é um curso que pro que der e vier eu estou nele, nunca desisto dele, os sonhos da gente é tudo que a gente tem, então é uma coisa que a gente tem que correr atrás”. Nota-se o quanto o acadêmico tem prazer em estar no curso de educação física, o quanto o mesmo esta gostando desta nova experiência, desse novo desafio.

Com relação aos professores observa-se que: “são muito compreensivos, atenciosos comigo, eles procuram estar conversando comigo e com os demais pra ver qual é a forma melhor pra melhorar a atividade, pra mim não perder nenhum conteúdo e eles fazem de uma forma adequada onde eu entendo todos os conteúdos, eles buscam adaptações, está conversando comigo, não só comigo como também com as demais deficiências”. Assim, verifica-se o papel do professor neste processo de ensino-aprendizagem no qual para Carvalho e Rosa (2013) o processo de ensinar envolve disposição e não compreende apenas o processo técnico e sim fazer com que o aluno aproprie do que esta sendo mediado pelo professor.

Quando questionado sobre a inclusão no ensino superior em que tem-se, segundo Castanho e Freitas (2006) um processo complexo, no qual precisa de ações transformadoras e reais, como propósito de fazer valer o direito de todos à educação num movimento que deve ser coletivo. Na fala do acadêmico observa-se que o aluno se considera incluído em uma universidade: “eles explicaram que não tinha adaptação e não sabia a melhor forma como trabalhar com deficiente visual aí eu falei que a gente tá aqui para aprender junto, até mesmo a professora de apoio que nunca trabalhou com aluno cego”.

Uma das maiores dificuldades encontradas pelo acadêmico com relação as disciplinas do curso são as disciplinas de cunho prático, no qual quando questionado se os materiais eram adequados para ele, o mesmo respondeu: “nas aulas práticas eu já tenho mais dificuldade por exemplo ainda não chegou aquelas bolas com guizo, e assim as aulas práticas os professores tentam adaptar da melhor forma pra que eu possa participar das atividades”. No que se refere a bola com guizo interno, segundo Itani (2005) é uma bola própria que tem emissão dos sinais



sonoros que servem como forma de orientação, localização da sua posição em quadra e em relação ao jogador, e com as mesmas medidas de calibragem, peso e tamanho da bola do futsal tradicional. A partir desta resposta nota-se mais uma vez o quanto é importante uma formação ampla do professor, para que o mesmo seja capaz de superar estes desafios no qual muitas vezes não tem estrutura, nem material adaptados para indivíduo com deficiência e mesmo assim tentar realizar um bom trabalho, se preocupando com a formação do aluno.

No que diz respeito ao funcionamento das aulas de apoio e como é sua participação durante as aulas e com os colegas de classe, W.F.S destacou que os colegas tentam incluir ele em todas as aulas práticas, sempre estimulando sua participação, mas ressaltou que sempre há algumas pessoas preconceituosas, mas que a maioria ele gosta muito. Durante as aulas o aluno explicou que: “os professores vão passar slide aí eles fazem uma áudio descrição do que tem na imagem e procuram me explicar de forma clara. Eu gravo a aula pra poder estudar em casa”. Já as aulas de apoio ocorrem no contra-turno, três vezes por semana, no qual a professora de apoio o auxilia nos trabalhos, estudar para as provas. Pletsch e Glat (2007) apud Tartuci (2011) ressaltam que o papel destes profissionais de apoio não é apenas trabalhar com aluno com necessidades especiais nas aulas, sua atuação envolve múltiplas coisas, como: auxiliar professores, diretores, outros professores o que corrobora com o estudo de Masini (1993) no qual o educador deve procurar caminhos para o deficiente visual ampliar o contato com o mundo a sua volta, promovendo uma melhora da compreensão dos conhecimentos como também aprofundando as relações das pessoas que o cercam.

Para finalizar a entrevista foi perguntado se o aluno se considera um exemplo de superação, no qual sua resposta foi: “com certeza, depois que muitos me falaram que eu não ia conseguir, que eu não ia ser aceito numa universidade, mas sempre pensei que ia estar lá. Eu até fiquei meio triste mas depois que entrei vi que as coisas não são assim, eu me vejo motivando mais pessoas a entrarem e inclusive até os daqui mesmo que estão no curso, por que muitos aqui antes de eu chegar, muitos falaram que ia desistir do curso”. No que concerne a superação, para Marques (2018), se caracteriza por um estado emocional que faz com que o sujeito vá além de suas limitações e dificuldades, com isso, o indivíduo se esforça para ter um desempenho acima da média, superando as expectativas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das respostas do entrevistado, o presente estudo verificou que o acadêmico se considera incluído em um curso de nível superior, que apesar de todas as adversidades encontradas o mesmo se sente feliz em estar na universidade. Ele ainda ressalta a importância do curso em sua vida após vários momentos de depressão e que seu sonho de se tornar professor de educação física é algo que deseja ansiosamente.

O que vale ressaltar é que o acesso ao meio universitário não é suficiente, é preciso ter recursos para permanecer na universidade, como materiais adaptados, professores qualificados para que o aluno com deficiência (neste caso a visual) tenha uma formação integral, o que pelas respostas do entrevistado observa-se que nas aulas de cunho prático, no qual o curso de educação física possui várias disciplinas, o discente teve muita dificuldade em acompanhar as aulas, pois não tem materiais adaptados para o mesmo, porém, com o auxílio dos colegas e professores ele está conseguindo superar estes desafios, no qual ele mesmo se considera um exemplo de superação, pois apesar de todas as dificuldades seu sonho incessante de se tornar professor o faz superar os obstáculos impostos a ele.

É necessário refletir sobre as leis que garantem o direito do deficiente ao acesso e permanência digna na educação superior, em que nota-se que ainda faltam ser consolidadas na prática, principalmente no caso deste estudante no qual o mesmo citou que ficou durante o primeiro período do curso sem a professora de apoio, e a partir do segundo período que este auxílio foi concretizado, destacando a importância que as aulas de apoio têm para uma formação ampla do deficiente visual.

Por fim, este estudo tem um sentido de extrema importância, uma vez que pelas análises de outros estudos, verificou que apesar de haver muitas pesquisas na área da inclusão, especificadamente deficientes visuais no curso de educação física praticamente não há estudos, o que significa a necessidade em ampliar pesquisas nesta área, pois é um tema que cada vez mais se torna crescente em todos os âmbitos, principalmente o universitário.

REFERÊNCIAS



AUGUSTO, Cleiclele Albuquerque. et al. Pesquisa qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). **Rev. Econ. Sociol. Rural**. Brasília; v. 5, n.4, 2013.

BARBANTI, Valdir. **O que é educação física**. 2008. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT10102012155331.pdf>> Acesso em: 10 mai. 2018.

BELEI, Renata Aparecida. et al. O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de Educação**. FaE/PPGE/UFPel. Pelotas v.30, p. 187-199, 2008.

CARVALHO, Andressa Coelho Righi de; ROSA, Beatriz Laudiceia. **Papel do professor frente a aprendizagem: processo avaliativo no ensino-aprendizagem**. 2013. Disponível em:

<<http://www.uel.br/eventos/jornadadidatica/pages/arquivos/II%20Jornada%20de%20Didatica%20e%20I%20Seminario%20de%20Pesquisa%20do%20CEMAD%20-%20Docencia%20na%20educacao%20Superior%20caminhos%20para%20uma%20praxis%20transformadora/PAPEL%20DO%20PROFESSOR%20FRENTE%20A%20APRENDIZAGEM.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

CASTANHO, Denise Molon; FREITAS, Soraia Napoleão. Inclusão e prática docente no ensino superior. **Rev. Educ. Especial**. n. 27, p. 93-99, 2006.

COLL César; MARCHESI Álvaro; PALACIOS Jesus. **Desenvolvimento psicológico e educação**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Diretrizes de Oftalmologia. 2012. Disponível em: <http://www.cbo.com.br/novo/medico/pdf/Diretrizes_CBO_AMB_CFM.pdf> Acesso em: 20 abr. 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel. et al. **Métodos de pesquisa** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Marta. **Deficiência visual**. (org.) – Brasília: MEC. Secretaria de educação a distância. 2000.

ITANI, Daniela Eiko. **Futebol de cinco: um esporte possível para cegos**. 2005. Trabalho de monografia. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/ItaniDanielaFutebol_TCC.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2018.

MARQUES, José Roberto. **Quais as diferenças entre motivação e superação**. 2018. Disponível em: <<http://www.jrmcoaching.com.br/blog/quais-as-diferencas-de-superacao-e-motivacao/>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

MASINI, Elcie F. Salazano. A educação do portador de deficiência visual — as perspectivas do vidente e do não vidente. **Em Aberto**, Brasília, ano 13, n.60, outubro/dezembro, 1993.

MELO, José Pereira. O ensino da educação física para deficientes visuais. **Rev. Bras. Cienc.**



Esporte, Campinas, v. 25, n. 3, p. 117-131, maio 2004.

Ministério da educação. **Instruções para atendimento diferenciado**. 2012. Disponível em: <<http://www.cespe.unb.br/capacitacao/enem12/coordenador/Arquivos/5%20-%20ENEM%202012%20-%20ATENDIMENTO%20DIFERENCIADO.pdf>> . Acesso em: 25 mar. 2018.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>> 2008. Acesso em: 15 de mar. 2018.

PORTO, José Alberto Del. Conceito e diagnóstico. **Depressão** - vol. 21 - maio 1999.

ROMAGNOLLI, Glória Suely Eastwood. **Inclusão de alunos com baixa visão na rede pública de ensino**. 2008. Disponível em: <<http://www.diadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1109-2.pdf>> Acesso em: 03 abr. 2018.

SÁ, Elizabet Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. Atendimento educacional especializado: deficiência visual. **Portal MEC**. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf> Acesso em: 15 mar. 2018.

SANTANA, Izabella Mendes. Educação inclusiva: concepção de professores e diretores. **Psicol. em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, maio./agosto, 2005.

SILVA, Joale Jefferson; SOUTO, Elaine Cappellazzo. A pessoa com deficiência visual: considerações sobre a sua participação nas aulas de educação física. **Rev. Educ. Esp.** v. 28, n. 51, p. 181-192; janeiro./abril, 2015.

TARTUCI, Dulcéria. **Professor de apoio, seu papel e sua atuação na escolarização de estudantes com necessidades educacionais especiais em Goiás**. VII encontro da associação brasileira de pesquisadores em educação especial. ISSN 2175-960X – p.1780-1793. 2011.

TORRES, Josiane Pereira; SANTOS, Vivian. Conhecendo a deficiência visual em seus aspectos legais, históricos e educacionais. **Educação**, Batatais, v. 5, n. 2, p. 33-52, 2015.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Rev. SOCERJ**. v.20, n.5, p. 383-386, setembro/outubro, 2007.